



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

N.º CP17/2025

1/10

Aquisição de Produtos Alimentares Diversos



Índice

Cláusula 1ª – Objeto do procedimento	3
Cláusula 2ª- Contrato	3
Cláusula 3ª- Preço base	3
Cláusula 4ª- Consulta preliminar ao mercado	4
Cláusula 5ª- Vigência do contrato	4
Cláusula 6ª – Critérios de Adjudicação	4
Cláusula 7ª - Condições de pagamento	5
Cláusula 8ª - Preço contratual	5
Cláusula 9ª - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 10ª – Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 11ª – Entrega dos bens objeto do contrato	6
Cláusula 12ª – Gestor do contrato	6
Cláusula 13ª – Dever de sigilo	6
Cláusula 14ª – Proteção e tratamento de dados pessoais.....	7
Cláusula 15ª – Força maior	8
Cláusula 16ª – Penalidades contratuais.....	8
Cláusula 17ª - Resolução do contrato	9
Cláusula 18ª - Foro competente	9
Cláusula 19ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 20ª - Comunicações e notificações	9
Cláusula 21ª – Contagem dos prazos	9
Cláusula 22ª - Legislação aplicável.....	9
Anexo A.....	10

2/10



Cláusula 1ª – Objeto do procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **aquisição de Produtos Alimentares Diversos para a cantina da ETPZP**, de acordo com o indicado no Anexo A.

Cláusula 2ª- Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 – Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3ª- Preço base

1 – O valor para efeito de procedimento é de **10.816,33€ (Dez mil oitocentos e dezasseis euros e trinta e três cêntimos)**, que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sendo de considerar este valor repartido pelos diversos lotes da seguinte forma:

Preço Base	10.816,33 €
Lote 1 - Condimentos e Temperos	302,79 €
Lote 2 - Massas Alimentícias	2 375,22 €
Lote 3 - Produtos Hortícolas em Lata	547,46 €
Lote 4 - Bacalhau	184,90 €
Lote 5 - Ovos	1 172,00 €
Lote 6 - Atum	499,32 €



Lote 7 - Óleos e Gorduras	2 989,41 €
Lote 8 - Cereais, Leguminosas e Féculas	502,90 €
Lote 9 - Produtos Alimentares Diversos	668,38 €
Lote 10 - Produtos à Base de Enchidos de Carne	500,10 €
Lote 11 - Lacticínios	987,85 €
Lote 12 - Bebidas Alcoólicas Destiladas	86,00 €

Cláusula 4ª- Consulta preliminar ao mercado

1 – Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer o preço base.

2 – As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da Cláusula 3.ª (Preço Base), em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3- Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação das propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

4/10

Cláusula 5ª- Vigência do contrato

1 – O contrato sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, cessa a sua vigência logo que atingido o primeiro dos seguintes limites:

- 122 dias** a contar da data do início do fornecimento dos bens/produtos determinados no mesmo, que se prevê iniciar no **dia 05 de janeiro de 2026**.
- Ou o limite das quantidades postas a concurso.

Cláusula 6ª – Critérios de Adjudicação

1 – A adjudicação será feita, **por lote**, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, considerando como fator de avaliação:

- O preço mais baixo: 100%.

2 – Em caso de igualdade na classificação das propostas será utilizado como fator de decisão a proposta que apresentar melhor pontuação de acordo com os seguintes critérios:

2.1 Periodicidade de entrega dos bens

- Diária (dias úteis) – 5 pontos;
- 3 a 4 vezes por semana – 4 pontos;
- 2 vezes por semana – 3 pontos;
- 1 vez por semana – 2 pontos;



- Quinzenalmente – 1 ponto.

2.2 Proximidade à Escola da sede de fornecimento

- do Concelho de Pedrógão Grande – 5 pontos;
- nos concelhos limítrofes – 3 pontos;
- nos restantes concelhos – 1 ponto.

3 – Verificando-se ainda empate, depois de aplicado o descrito no número anterior, será ainda utilizado como fator de desempate:

3.1 O preço mais baixo no(s) produto(s) com maior quantidade.

Cláusula 7ª - Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela PETROENSINO – Ensino e Formação Profissional, Lda das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo fornecedor ao abrigo do contrato.

3 – Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

5/10

Cláusula 8ª - Preço contratual

1 – Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante, deve pagar ao fornecedor os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9ª - Obrigações principais do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) De entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) De garantia dos bens;
- c) Do cumprimento do prazo de entrega dos bens.



Cláusula 10ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 – O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 – O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 11ª – Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues na sede da **ETPZP/Petroensino, sita na Av. 25 de abril, Pedrógão Grande.**
- 2 – A entrega dos bens será efetuada parcelarmente de acordo com as necessidades da Petroensino.
- 3 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.
- 4 – O fornecedor é responsável pelo transporte isotérmico dos bens objeto do contrato, devendo ser assegurados durante o transporte o cumprimento das regras higiene-sanitárias exigíveis legalmente.

6/10

Cláusula 12ª – Gestor do contrato

- 1 – O gestor do contrato é nomeado pela PETROENSINO LDA., competindo-lhe exercer as funções descritas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
- 2 – A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante é inserta no clausulado contratual, nos termos do artigo 96.º, 1, i) do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13ª – Dever de sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à PETROENSINO, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 14ª – Proteção e tratamento de dados pessoais

1- O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;

b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.

7/10



2- O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 15ª – Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16ª – Penalidades contratuais

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.



Cláusula 17ª - Resolução do contrato

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 18ª - Foro competente

1 – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal da área de jurisdição da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

1 – Apenas será admitida a cessão da posição contratual do adjudicatário nos termos do disposto nos artigos 317º a 324º do Código dos Contratos Públicos.

2 – Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a entidade adjudicante.

Cláusula 20ª - Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22ª - Legislação aplicável

Em tudo o que no presente Caderno de Encargos for omissa, observar-se-á o disposto no CCP – Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

9/10



Anexo A

10/10

LOTE 1
CONDIMENTOS E TEMPEROS
CPV: 15870000 - 7



DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
PIMENTÃO DOCE 2,5KG	KG	3
PIRI-PIRI MOIDO 15GR	UNI	24
PIMENTA PRETA EM GRÃO 50GR	UNI	15
NOZ MOSCADA 50GR	UNI	15
ALHO GRANULADO 50GR	UNI	60
ÓREGÃOS EM FOLHA 10GR.	UNI	15
ÓREGÃOS EM FOLHA 200GR	UNI	2
CARIL EM PÓ 15 GR	UNI	6
SAL CRISTAL 1KG	KG	60
SAL IODADO 1KG	KG	20
SAL DE MESA 250G	UNI	20
VINAGRE	LT	48
MAIONESE UNIDOSES	CX	2
MAIONESE KG	KG	10
KETCHUP UNIDOSES	CX	2
TEMPERO PARA FRANGO	KG	20
MOLHO INGLÊS	LT	6

LOTE 2
MASSAS ALIMENTÍCIAS
CPV: 15850000 - 1

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
MASSA ESPARGUETE VEGETAL 500GR	UNI	400
MASSA ESPARGUETE VEGETAL 5KG	UNI	30
MASSA ESPIRAIS 500GR	UNI	400
MASSA ESPIRAIS 5KG	UNI	30
MASSA COTOVELO 500GR	UNI	400
MASSA COTOVELO 5KG	UNI	30
MASSA MACARRÃO 500GR	UNI	300
MASSA MACARRÃO 5KG	UNI	30
MASSA MACARRONETE 500GR	UNI	20
MASSA COTOVELINHOS 500GR	UNI	30
PLACAS LASANHA 250g	UNI	540
MASSINHAS CUSCUS 250GR	UNI	120
MASSA FOLHADA 230GR	UNI	48

LOTE 3
PRODUTOS HORTÍCOLAS CONSERVADOS E/OU EM LATA
15331400 - 1

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
COGUMELOS LAMINADOS LATA 780 GR	LATA	24
COGUMELOS LAMINADOS LATA 2,5KG	LATA	12
COGUMELOS INTEIROS LATA 780GR	LATA	12
TOMATE PELADO EM LATA 780GR	LATA	48
TOMATE PELADO EM LATA 3KG	LATA	24
POLPA DE TOMATE 1L	LT	48
FEIJÃO ENCARNADO LATA 850GR	LATA	24
FEIJÃO PRETO LATA 820GR	LATA	24
FEIJÃO FRADE LATA 820GR	LATA	24
FEIJÃO MANTEIGA LATA 820GR	LATA	24
GRÃO LATA 820GR	LATA	24
GRÃO LATA 2,5KG	LATA	6
AZEITONA PRETA EM LATA KG	LATA	5



LOTE 4
PEIXES DA FAMÍLIA DO BACALHAU
CPV: 03311200 - 4

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
BACALHAU CRESCIDO MAIS (INTEIRO) (SALGADO)	KG	10

LOTE 5
OVOS
CPV: 03142500 - 3

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
OVO INTEIRO "M"	DÚZIA	400

LOTE 6
PREPARAÇÕES E CONSERVAS À BASE DE PEIXE
CPV: 15200000 - 0

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
PEDAÇOS DE ATUM EM ÓLEO VEGETAL EM BOLSA GENERAL (OU EQUIVALENTE)	KG	76

LOTE 7
ÓLEOS E GORDURAS ANIMAIS E VEGETAIS
CPV: 15400000 - 2

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
AZEITE VIRGEM EXTRA 750ML	UNI	84
AZEITE VIRGEM EXTRA 3LT	UNI	160
MARGARINA VAQUEIRO (OU EQUIVALENTE)	KG	25
ÓLEO FRIGI (OU EQUIVALENTE)	LT	80
GORDURA PARA FRITAR (óleo de alta temperatura)	LT	100

LOTE 8
PRODUTOS DA TRANSFORMAÇÃO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS, AMIDOS E FÉCULAS
CPV: 15600000 - 4

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
ARROZ CAROLINO	KG	400
FARINHA DE TRIGO S/FERMENTO	KG	40
FARINHA DE TRIGO C/FERMENTO	KG	10
FARINHA DE MILHO	KG	2
FARINHA MAIZENA (OU EQUIVALENTE) 400GR	UNI	48

LOTE 9
PRODUTOS ALIMENTARES DIVERSOS
CPV: 15800000 - 6

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
AÇUCAR KG	KG	30
GELATINA DE FRUTOS UNIDOSE	UNI	2250
PUDIM DE OVOS UNIDOSE	UNI	150
CALDO DE GALINHA (EM PASTA) KNORR (OU EQUIVALENTE)	KG	5

LOTE 10
PRODUTOS À BASE DE ENCHIDOS DE CARNE
CPV: 15131100 - 6

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
FIAMBRE DA PERNA EM BARRA	KG	10
CHOURIÇO	KG	3
BACON	KG	5
PRESUNTO S/OSSO METADES	KG	3
CHOURIÇO CORRENTE 200GR	UNI	160
SALSICHA EM LATA 3KG (25 PARES)	LATA	20
SALSICHA EM LATA 4 PARES	LATA	24

LOTE 11
LACTICÍNIOS
CPV: 15500000 - 3

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
IOGURTE AROMAS 125G	UNI	2250
NATAS 1L	UNI	50
MANTEIGA 250 GR	UNI	10
LEITE MEIO GORDO	LT	320
QUEIJO EM BARRA	KG	8
QUEIJO MOZZARELA RALADO 200GR	UNI	72

LOTE 12
BEBIDAS ALCOÓLICAS DESTILADAS
CPV: 15910000-0

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
VINHO BRANCO LT (EMB. TETRAPACK)	LT	100

